



NOTAS PRELIMINARES ACERCA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE TEMAS ASSOCIADOS A GÊNERO E SEXUALIDADE

Guilherme S. de Almeida¹

Introdução

O objetivo deste artigo é sistematizar parte das reflexões desenvolvidas como parte de um projeto de pesquisa iniciado durante minha inserção como professor do Puro/UFF e que continua sendo executado como atual professor da FSS/UERJ². A inspiração inicial para a construção do referido projeto foi a crescente necessidade de refletir sobre como a profissão vem incorporando a discussão da diversidade sexual e das expressões de gênero, em especial da homossexualidade³ e também sobre os possíveis caminhos para uma maior incorporação do imenso mosaico de temáticas de pesquisa e intervenção oriundas do universo LGBT no Brasil contemporâneo, também pelos/as assistentes sociais⁴.

Uma primeira e indispensável afirmação é que ainda é incipiente a discussão da orientação sexual na profissão, seja por parte das unidades de ensino (ensino, pesquisa e extensão), seja por parte das instituições onde se efetiva a atuação profissional, seja nos conselhos de fiscalização do exercício profissional (sistema CFESS/CRESS). Os condicionantes deste caráter incipiente são múltiplos, mas poderíamos destacar entre eles: a histórica resistência com que a discussão da sexualidade esbarrou nos espaços acadêmicos em geral; a influência da moralidade católica mais conservadora nos primórdios da profissão (e ainda hoje em determinados segmentos que compõem a categoria); a dificuldade que a discussão encontra para se desenvolver mesmo em grupos políticos ou profissionais tidos como “de esquerda”, que muitas vezes permanecem conservadores do ponto

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), assistente social, doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ) e integrante do LIDIS (Laboratório Integrado de Diversidade Sexual, Políticas e Direitos) da UERJ.

² Trata-se do projeto de pesquisa “Contribuição dos trabalhos científicos dos assistentes sociais à afirmação de direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma análise dos anais dos CBAS e dos ENPESS”. A pesquisa é uma análise documental focada nos Anais de diferentes CBAS (Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais: 2001, 2004 e 2007), bem como dos três últimos ENPESS.

³ Uma advertência necessária e que é extensiva tanto a apreciação de outras formas de sexualidade e até às diferentes expressões de gênero, é a feita por Fry & MacRae, de que “não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as idéias e práticas a ela associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades” (1985:10).

⁴ Nos últimos dez anos trabalho em pesquisa no campo da saúde coletiva e colaboro com o movimento LGBT e, nos últimos anos, venho sendo estimulado de diversas maneiras a discutir as possibilidades e limites da atuação do serviço social com relação às diferentes temáticas trazidas pela crescente visibilidade pública das desigualdades, violações de direitos e outras iniquidades que rotineiramente caracterizam o cotidiano da parcela da população que extrapola a heteronormatividade.



de vista da moralidade sexual e das relações de gênero; a exclusividade da classe social como viés explicativo das desigualdades sociais nas décadas que se seguiram ao Movimento de Reconceituação.

1- A diretriz ético-política de combate a homofobia

Nas últimas décadas, o serviço social brasileiro caminhou para o amadurecimento de suas direção ético-política e para um entendimento de que o campo das orientações éticas é permanentemente atravessado pelas lutas e tensões humanas como a classe social, o gênero, a raça/etnia entre outras (Sales, 1999:139-140). Por isso mesmo, compreende-se que a ética é desafiada a propor um horizonte mais humano, justo e igualitário. Sobre o atual projeto ético-político dos assistentes sociais, Cardoso & Maciel (2000:141) descrevem-no como tendo “a perspectiva de superação da sociedade capitalista e construção de uma nova sociabilidade, que tem como horizonte a emancipação humana”, mas este “embora constitua a direção hegemônica nas dimensões da formação profissional, produção intelectual e organização política, ainda não se imprimiu com a mesma força em relação à prática interventiva propriamente dita”.

A ética das profissões é “a reflexão que cada grupo profissional pode fazer sobre si mesmo relativamente à sociedade (...) depende justamente da relação entre o particular e o geral, e vice-versa, politizando, portanto a atuação profissional” (Simões, 2000:69). Uma das formas de expressão da ética profissional é o Código. Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do assistente social, validado pela categoria a partir de 1993, afirma a necessidade do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Conselho Federal de Serviço Social, 2008). Pocahy & Nardi (2007) ressaltam que apesar do seu potencial político, o termo *homofobia*⁵ não é isento de problemas. O principal deles seria o fato de que o termo “fobia” remete a “problemas psicológicos/inconscientes/não-rationais” e isto comprometeria o entendimento social e coletivo do problema, individualizando o conjunto de práticas que a homofobia condensa. Uma alternativa seria o uso da expressão “heterossexismo” que não goza entretanto da consagração já obtida pelo termo homofobia no interior dos movimentos sociais. Resta então declarar que o termo condensa um conjunto de práticas sociais extremamente amplo, ou seja, todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e a todos que não

⁵ Genericamente, o ódio, a aversão ou a discriminação aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônicas.



correspondem ao ideal normativo de sexualidade. Falar em homofobia não é falar apenas de *sentimentos* (como medo, ódio, aversão, desprezo, repulsa), mas também e, principalmente de *atitudes* (discriminação, rejeição, violência, negligência) individual e coletivamente protagonizadas nos mais diferentes âmbitos sociais. Assim, os efeitos da homofobia “determinam lugares e posições para uma vida, reafirmando no campo da norma, o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis, na ordem do precário e do desprezível”. Trata-se de atos que promovem a “desumanização do outro” (ibidem)⁶

Em 2006, o CFESS em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social, lançou uma “campanha pela livre orientação sexual” durante o 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS em colaboração com entidades nacionais do movimento LGBT. A campanha fundamentou-se no Código de Ética (respeito à diversidade, estímulo à participação de grupos socialmente discriminados e discussão das diferenças). Ela deu continuidade ao lançamento pouco anterior da Resolução 489/2006 do CFESS, que estabeleceu normas “vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social”, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética de 1993.

Entre os oito artigos que compõem a Resolução, o primeiro refere-se à necessidade de que o próprio assistente social se abstenha de práticas e condutas policiaiscas, discriminatórias ou preconceituosas no que tange à orientação sexual. Tal conteúdo é ratificado pelo quarto artigo que proíbe ao mesmo, que utilize técnicas ou instrumentos para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos relacionados ao assunto. O segundo, o terceiro e o quinto artigo têm uma abordagem menos restritiva e mais afirmativa da necessidade de que o profissional tome atitudes que afirmem o sentido da liberdade e do respeito à decisão dos indivíduos sobre sua sexualidade/afetividade (*contribuir para a reflexão ética*); que busque *eliminar no seu espaço de trabalho práticas discriminatórias e preconceituosas* toda vez que tiver conhecimento ou presenciar atos desta ordem; e que o profissional *denuncie ao CRESS* pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas que sejam coniventes ou pratiquem atos discriminatórios desta natureza. Os outros três artigos decidem sobre as ações dos CRESS a partir de denúncias.

Apesar do forte comprometimento estabelecido pela Resolução 489/2006 a ser assumido pelos CRESS, à época do lançamento da campanha, eram fortes os rumores confirmados pela

⁶ Um exemplo disso ocorreu recentemente, no domingo, 20 de junho, no município de São Gonçalo (RJ), quando o adolescente de apenas 14 anos, Alexandre Thomé Ivo Rojão, foi torturado e estrangulado por um grupo de *Skinheads*, que tiveram como motivação para o homicídio a suposta homossexualidade do estudante. Este não é um crime incomum naquela região e em outras do estado.



professora Maria Helena Tavares (PUC-RJ)⁷ no evento que deu origem a este artigo, de resistência de vários conselhos regionais em adotarem a perspectiva da campanha e da Resolução, por discordarem da realização das mesmas. É preciso criar espaços para que tais resistências sejam explicitadas e discutidas. 2- *Os CBAS: uma amostra da relevância que o tema tem obtido no maior fórum da categoria*

Apresentarei a seguir alguns dados quantitativos de uma pesquisa exploratória realizada a partir de levantamento documental dos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) realizados em 2001 e 2004⁸. Meu objetivo foi verificar com que frequência o tema da “sexualidade” aparecia nos trabalhos inscritos e apresentados oralmente ou em pôsteres por assistentes sociais de todo o Brasil⁹.

Como muitos trabalhos que tratavam de temas relativos à sexualidade estavam dispersos em outros eixos temáticos e não apenas no eixo “gênero, raça/etnia e sexualidade”, fiz um levantamento em cada um dos eixos temáticos, de trabalhos que pudessem estar relacionados à sexualidade. Para o estabelecimento de categorias empíricas, tomei como padrão o levantamento realizado por Vianna & Lacerda sobre direitos e políticas sexuais no Brasil (2004). Assim, as categorias escolhidas foram as que estão dispostas na primeira coluna à esquerda da tabela 1, abaixo apresentada.

2.1. Gênero e sexualidade no CBAS de 2001

O CBAS de 2001 contou com 15 (quinze) eixos temáticos. O que interessou mais diretamente a esta pesquisa foi o eixo “etnia, gênero e orientação sexual”, mas todos foram consultados em busca de trabalhos afins. Tais trabalhos foram distribuídos a partir dos temas na tabela a seguir.

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos apresentados por áreas temáticas do campo dos direitos sexuais e reprodutivos

Temáticas	EIXOS DO X CBAS - Rio de Janeiro - 2001															TOTAIS
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Orientação sexual	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Prostituição, turismo sexual	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Exploração sexual infanto-juvenil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Violência sexual infanto-juvenil	8	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	11
Nupcialidade, divórcio, separação, adultério, pensão)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, PSF, aleitamento)	2	7	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	17
DST/Aids	1	4	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	9
Identidades de gênero: feminilidade e masculinidade	1	0	0	0	1	0	3	0	1	1	0	0	1	1	0	9
Sexualidade e raça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexualidade e juventude: iniciação, virgindade, gravidez, educação sexual	6	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0	10
Ciências e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexualidade e envelhecimento	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Religiões e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mídia e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

⁷ Na condição de conselheira, ela acompanhou a disseminação da campanha e os debates que foram travados nos vários estados.

⁸ Ainda não houve tempo hábil para categorização dos dados do último XII CBAS, de 2007.

⁹ Por ser o CBAS o maior fórum da categoria, acredito que a produção nele condensada, mais que qualquer outra, expresse a importância que alguns temas têm para o conjunto dos profissionais.



Direitos e violência de gênero	1	0	0	0	0	1	11	0	0	2	0	0	0	0	0	15
Totais de trabalhos sobre sexualidade (comunicações orais)																83 (14,18%)
Totais de trabalhos do X CBAS (comunicações orais)																585

Uma primeira constatação foi a baixa expressividade dos trabalhos sobre sexualidade *em geral*: eram menos de 15% do total. Dentro destes, o número de trabalhos sobre sexualidade mais expressivo, referia-se ao tema dos direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, Programa de Saúde da Família e aleitamento). A reprodução goza portanto de um *status* de centralidade se comparado a qualquer outro abordado pelos/as assistentes sociais. Mais do que a reafirmação da finalidade histórica das políticas sociais de reprodução biológica (como parte da reprodução social) dos trabalhadores, o dado nos permite cogitar o compromisso moral dos/as assistentes sociais com a heteronormatividade e com discursos hegemônicos como o religioso e o médico, indissociando sexualidade de reprodução¹⁰.

O tema do abuso e da violência sexual infanto-juvenil foi o segundo tema relativo a sexualidade mais trabalhado pelos/as assistentes sociais, reiterando-se aí uma visão da sexualidade como significativa apenas enquanto “problema” e o imperativo da intervenção profissional neste âmbito apenas quando se efetiva uma violação. A violência sexual ganhou relevância apenas quando dirigida a crianças e jovens, e não a adultos ou idosos.

O terceiro tema mais abordado pelos/as assistentes sociais foi a sexualidade de jovens: iniciação sexual, virgindade, gravidez na adolescência e educação sexual. A julgar pela forma como tais temas também emergem no meu contato diário com alunos, percebi em geral nestes trabalhos, a reiteração de uma relação de tutela/controladora da sexualidade juvenil, entendida muitas vezes numa perspectiva naturalista da sexualidade, como uma “força descontrolada” a ser trabalhada de forma que não represente “prejuízos” para os jovens e suas famílias.

O que muitas vezes tal perspectiva oculta, é sua pretensão *controladora* especialmente da natalidade, ao menos para este público e não o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos também dos/as jovens. Para Francisco & Cardoso (1995:8), a dimensão do controle do processo de trabalho dos/as assistentes sociais se expressa, por exemplo, nas rotinas de trabalho, nos critérios de elegibilidade, na organização do trabalho institucional feita pela administração, na divisão entre concepção e execução representada pela subordinação da profissão na institucionalização de normas de comportamento dos usuários e do profissional, caracterizando o componente disciplinador. A

¹⁰ Associo esta reiteração a afirmação de Veloso, de que ocorre “a prevalência de um discurso profissional entre os assistentes sociais de mera repetição de ideologias oriundas do pólo instituído” (1995:40).



julgar por estes dados, poderíamos estender a dimensão do controle também à sexualidade e suas manifestações.

O quarto tema mais explorado foram as DST e a Aids. A expressividade do tema no Serviço Social ainda é tímida se comparada à produção de outros campos, como a saúde coletiva, dada a relevância pública e as implicações sociais da epidemia de Aids e a pluralidade de questões relativas aos comportamentos que ela já pôs em tela¹¹. A difusão do conceito de vulnerabilidade social ao HIV contribuiu significativamente para uma crescente visibilidade do tema nas ciências sociais, como demonstra Parker (2000:102-104), mas este ainda é um nicho de pesquisa e intervenção pouco explorado pelos/as assistentes sociais.

Dignos de nota são os estudos das relações de gênero¹², da femilidade e masculinidade, tanto os voltados aos usuários quanto os construídos a partir de análises da própria profissão. A crescente incorporação do gênero como uma forma de organização da sociedade a ser considerada nas análises críticas é reafirmada em discussões também da violência de gênero (não-sexual). Vale notar a baixa expressividade de temas como prostituição, exploração sexual, turismo sexual, envelhecimento e nupcialidade/divórcio, que têm merecido bastante atenção pela sua relevância social em outras áreas de conhecimento e intervenção profissional, como as Ciências Sociais e a Saúde Coletiva. Também é interessante registrar a total ausência de trabalhos sobre raça, de discussões sobre as abordagens teórico-metodológicas da sexualidade, da religião e da mídia, que também têm suscitado debates crescentes em outros campos profissionais.

Quanto à orientação sexual fizeram parte do X CBAS, apenas 5 (cinco) trabalhos circunscritos ao eixo “etnia, gênero e orientação sexual”. Todos eles eram produções estritamente acadêmicas sobre homossexualidade e não reflexões sobre a intervenção profissional.

2.2. *Gênero e sexualidade no CBAS de 2004*

Quanto aos eixos do XI CBAS, de 2004, estes foram em certa medida modificados e ampliados, tornando-se 17 (dezessete). O que mais diretamente interessou a esta pesquisa foi o eixo “questões de gênero, raça, etnia e sexualidade”, embora todos os demais tenham sido consultados. Vemos os trabalhos classificados na tabela 2, abaixo destacada.

¹¹ Inclusive nos últimos anos, as questões relacionadas à pauperização da epidemia.

¹² “(...) o conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização do masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apóia-se na idéia de há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura” (Heiborn, 1994:1).



Tabela 2 – Distribuição dos trabalhos apresentados por áreas temáticas do campo dos direitos sexuais e reprodutivos

Temáticas	EIXOS DO XI CBAS - Fortaleza - 2004																	Totais
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Orientação sexual	0	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7
Prostituição, turismo sexual	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7
Exploração sexual infanto-juvenil	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Violência sexual infanto-juvenil	1	1	18	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	23
Nupcialidade, divórcio, separação, adultério, pensão)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, PSF, aleitamento)	0	7	0	10	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	21
DST/Aids	0	6	1	5	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	16
Identidades de gênero: feminilidade e masculinidade	0	1	0	4	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Sexualidade e raça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexualidade e juventude: iniciação, virgindade, gravidez, educação sexual	0	0	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Ciências e sexualidade	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sexualidade e envelhecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Religiões e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mídia e sexualidade	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sexualidade e doenças (obesidade, câncer etc)	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Direitos e violência de gênero	0	0	0	14	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	17
Totais de trabalhos sobre sexualidade (comunicações orais e pôsteres)																		200
																		(18,83%)
Totais de trabalhos do XI CBAS (comunicações orais e pôsteres)																		1062

Uma primeira consideração sobre tais trabalhos é que se manteve a baixa expressividade dos trabalhos sobre sexualidade em geral (embora o número tenha avançado aproximadamente quatro pontos percentuais em relação ao anterior, totalizando menos de 19%). É possível observar que os trabalhos relacionados a direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, Programa de Saúde da Família e aleitamento), já não predominaram, embora este tenha sido o segundo maior em expressividade (portanto, a reprodução permaneceu gozando do status de centralidade de que já falamos anteriormente).

O tema do abuso e da violência sexual infanto-juvenil foi o primeiro tema mais trabalhado, relacionado à sexualidade, reiterou-se também a necessidade de intervenção em sexualidade apenas quando esta constitui um “problema”, uma violação e não como parte dos direitos de cidadania. Este avanço, contudo, pode refletir também o aumento da empregabilidade de assistentes sociais em programas governamentais voltados especificamente ao enfrentamento desta questão no âmbito dos municípios.

As questões relativas à juventude, à iniciação sexual, virgindade, gravidez na adolescência e educação sexual perderam algum terreno para outros temas, como as DST e a Aids (dobrou o número de trabalhos sobre este último tema, após três anos).

Embora aparentemente os estudos das relações de gênero¹³, da feminilidade e da masculinidade tanto os voltados aos usuários quanto os construídos para analisar a própria profissão, tenham estabilizado (na verdade houve um trabalho a menos), a crescente incorporação

¹³ Predomina a compreensão/aplicação deste conceito nestes trabalhos “para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas” para as diferenças entre os sexos (Scott, 1999:4).



do gênero como uma forma de organização a ser considerada nas análises críticas da sociedade, manteve-se em crescimento a partir de discussões como a violência de gênero (não-sexual).

A baixa expressividade do tema “prostituição” e turismo sexual é uma tendência que tende a se reverter com o aparecimento de sete trabalhos especificamente focados no tema, embora a exploração sexual infanto-juvenil tenha se mantido inexpressiva, assim como a sexualidade no envelhecimento e as discussões em torno da nupcialidade/divórcio. Permanece total a ausência de trabalhos sobre raça e religião, surge um trabalho acerca das abordagens teórico-metodológicas da sexualidade e um sobre mídia e sexualidade. Surgiram igualmente três trabalhos discutindo os efeitos na sexualidade de determinadas doenças, como o câncer de mama e a obesidade.

Quanto à orientação sexual fizeram parte do XI CBAS apenas sete trabalhos: dois a mais que o CBAS anterior. É interessante observar uma ligeira alteração da distribuição destes trabalhos entre os eixos do Congresso. Embora cinco deles tenham permanecido no eixo “etnia, gênero e orientação sexual”, dois foram apresentados respectivamente no eixo “seguridade social” e no eixo “Serviço Social no campo sociojurídico”. Entre os trabalhos sobre homossexualidade, predominaram as análises acadêmicas do tema. Nenhum trabalho sobre travestilidade, transexualidade, intersexualidade ou correlatos.

A partir desta pesquisa exploratória percebi a necessidade de fortalecer estudos e constituir linhas e grupos de pesquisa que tenham como temas as discussões de gênero e sexualidade, inclusive tendo como matéria-prima a atuação profissional. Também é preciso estimular a realização de estudos nesta direção pelos alunos de graduação e pós-graduação¹⁴ e também de dialogar com a literatura das ciências sociais e da saúde coletiva sobre estes temas, já que a produção do serviço social, neste âmbito, ainda é muito modesta.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G.E. S. de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade:** percursos do corpo lésbico face à possibilidade de infecção por DST/Aids. Tese de Doutorado, IMS/UERJ, 2005.
- ALMEIDA, N. L. “Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do serviço social”. **Em Pauta** - Cadernos da Faculdade de Serviço Social, n.06, Rio de Janeiro, UERJ, 1995.
- CARDOSO, F. G. & MACIEL, M. M. “Funções desempenhadas pelos assistentes sociais: mobilização social e práticas educativas”. In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo 4:** O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB, 1999.

¹⁴ Recentemente ouvi vários relatos de alunos de graduação e mestrado que afirmam que ao manifestarem sua intenção de abordagem de temas desta ordem são desestimulados por professores e colegas, frequentemente sob a argumentação de que não são temas que gozem de prestígio acadêmico na profissão.



- CODIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS aprovado em 15 de março de 1993. Obtido via <www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf> Acesso em 01 jun.2008.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução N° 489 de 03 de junho de 2006. **Diário Oficial da União** de 07 de junho de 2006. Brasília.
- FRANCISCO, E. M. & CARDOSO, I. C. C. “O processo de trabalho do Serviço Social”. **Em Pauta** – Cadernos da FSS, n.06, Rio de Janeiro, UERJ, 1995.
- FRY, P. & MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.
- HEILBORN, M. L. “De que gênero estamos falando?” In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano 1, n.2, CEPESC/IMS/UERJ, 1994.
- JORNAL PRAXIS. “Homossexualidade: uma luta pela igualdade de direitos”. Rio de Janeiro, n.9, ano II, set.2000, p.5-9.
- PARKER, R. **Na contramão da Aids: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro, ABIA. São Paulo, Ed.34, 2000.
- POCAHY, F. A. & NARDI, H. C. “Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social”. **Revista Estudos Feministas**, v.15, n.1, Florianópolis, jan./abr. 2007.
- SALES, M. A. “Questão Social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional”. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999, p.139-152.
- SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. **Educação e Realidade**, v.16(2), Porto Alegre, 1990.
- SETUBAL, A A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo, Cortez, 2002.
- SIMÕES, C. “A ética das profissões”. In: BONETTI, D. A et al (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova praxis**. São Paulo, Cortez, 2000.
- VALLS, A. L. M. **O que é ética**. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- VELOSO, L. H. P. “Processo de trabalho do Serviço Social (Do despreparo teórico-técnico às transgressões do ofício)”. **Em Pauta** – Cadernos da FSS/UERJ, n.06, Rio de Janeiro, UERJ, 1995.